REVISTA MOSAICO

CONSTRUÇÕES COMPARATIVAS NO PORTUGUÊS

COMPARATIVE CONSTRUCTIONS IN PORTUGUESE

Flávia Campos RIBEIRO[1]

RESUMO: Neste artigo, é avaliado se as construções comparativas no português devem ser compreendidas como orações subordinadas adverbiais, conforme a tradição gramatical (Bechara, 2019), ou como orações correlativas, como propõe Oiticica (1952). A investigação baseou-se no modelo da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008) e considerou distinções entre coordenação, subordinação e correlação, com atenção à tradição normativa e à crítica funcionalista, que reconhece a correlação como processo distinto. Após analisar ocorrências extraídas do português oral falado, constatou-se que orações comparativas consistem numa relação de dependência mútua que as enquadra na categoria da Equiordenação para a GDF, traço que permite identificá-las como correlativas.

PALAVRAS-CHAVE: construções comparativas; correlação; Gramática Discursivo-Funcional.

ABSTRACT: This article investigates if comparative constructions in Portuguese should be considered adverbial subordinate clauses, as traditional grammar dictates (Bechara, 2019), or correlative clauses, as proposed by Oiticica (1952). The study was based on the Functional-Discourse Grammar model (Hengeveld; Mackenzie, 2008) and considered distinctions between coordination, subordination and correlation, with an eye on the normative tradition and functionalist criticism, that recognises correlation as a distinct process. After analysing occurrences extracted from spoken Portuguese, it was found that comparative clauses consist of a relationship of mutual dependence that places them in the category of Equiordination for GDF, a feature that allows them to be identified as correlative.

KEYWORDS: comparative constructions; correlation; Functional-Discourse Grammar.

1 Introdução

Este projeto dedica-se ao estudo de um fenômeno gramatical específico relacionado à correlação, mais precisamente à construção tradicionalmente denominada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (1958) como "oração subordinada comparativa". Oiticica (1952), em sua obra *Teoria da Correlação*, foi o primeiro a destacar que "esse processo de composição do período (...) sempre andou confundido com o da subordinação em todas as gramáticas brasileiras ou estrangeiras" (Oiticica, 1952,

[1] Graduanda do curso de Letras, no Ibilce/Unesp, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. Orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho. Bolsista do 08/2024 - PIBIC. E-mail: flavia.campos@unesp.br.

p. 13). De acordo com o autor, enquanto as orações coordenadas são independentes e podem ser ligadas por conjunções explícitas ou implícitas, as subordinadas são estruturalmente dependentes e conectadas à oração principal por um único elemento. A correlação, por sua vez, distingue-se desses dois processos por empregar dois conectivos distintos, um em cada uma das orações que compõem a construção correlativa, configurando, assim, uma forma própria de ligação sintática.

Embora a proposta pioneira de Oiticica (1952) sobre o processo de correlação tenha destacado características específicas que o diferenciam dos dois principais mecanismos de conexão sintática – coordenação e subordinação –, ela não teve repercussão significativa entre os gramáticos de orientação normativa. Esses autores, de modo geral, não apenas desconsideram o caráter singular da correlação, como também continuam a tratá-la como uma variante ou combinação dos processos já estabelecidos. Na tradição gramatical (Kury, 1986; Rocha Lima, 1976, 2012; Cunha; Cintra, 2008; Bechara, 1999; Azeredo, 2008), a correlação não é reconhecida como um mecanismo sintático autônomo. Azeredo (2008) define a correlação como um "processo usual na linguagem da argumentação, utilizado para dar idêntico realce às unidades conectadas. [...], é um expediente retórico, de rendimento enfático no discurso, e não um processo sintático distinto da coordenação e da subordinação" (Azeredo, 2008, p. 351).

Essa perspectiva encontra respaldo na posição de Câmara Jr. (1981), que define a correlação como "uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita prótase, prepara a enunciação de outra, dita apódose" (Câmara Jr., 1981, p. 87). Apesar de reconhecer a configuração específica que caracteriza esse tipo de estrutura, o autor argumenta que a correlação não deve ser tratada como um processo sintático autônomo. Para ele, trata-se de um arranjo que pode ser realizado tanto por meio da coordenação quanto da subordinação, não justificando, portanto, seu reconhecimento como categoria distinta no plano da estruturação sintática.

De acordo com Rosário (2009), a visão restritiva adotada pelas gramáticas tradicionais é consequência direta da influência exercida pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante NGB). Um exemplo significativo é a obra de Rocha Lima: a versão escrita da gramática do autor, anterior à promulgação da NGB em 1958, contemplava quatro formas distintas de articulação oracional no período composto – coordenação, subordinação, correlação e justaposição. No entanto, a edição publicada posteriormente, em 1976, já alinhada às diretrizes da NGB, passou a reconhecer apenas dois processos sintáticos: coordenação e subordinação.

Segundo Módolo (1999), a perspectiva defendida por Oiticica (1952) em relação à correlação antecipa, de certo modo, os princípios do funcionalismo, o que faz dele um funcionalista *avant la lettre*. Sua obra *Teoria da Correlação*, publicada antes da consolidação do funcionalismo como corrente teórica, já adota uma abordagem sintática guiada por princípios funcionais. Módolo (1999) destaca, nesse sentido, a ênfase que Oiticica (1952) confere ao componente semântico – aspecto central em sua análise da correlação entre orações. Para o funcionalismo, como a estrutura linguística é moldada pelas funções que desempenha, compreender a correlação exige, antes de tudo, reconhecer que as orações se vinculam por relações funcionais, sendo, portanto, a partir dessas relações que se configura a organização sintática. Assim, um termo da primeira

oração se articula funcionalmente com outro termo da segunda, formando um encadeamento estruturado.

Da perspectiva teórica da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) postulada por Hengeveld e Mackenzie (2008), classificam-se as construções comparativas em equativas (comparativas de igualdade) e não equativas (comparativas de superioridade e de inferioridade), que combinam duas unidades sintáticas, oracionais ou não.

Na comparação equativa, o primeiro elemento do par correlativo são os quantificadores e/ou intensificadores *tão* e *tanto* na primeira unidade, e o segundo elemento, os advérbios alternativos *quanto* e *como* na segunda unidade; já na comparação não equativa, o primeiro elemento do par correlativo são, em geral, os quantificadores e/ou intensificadores *mais* e *menos* na primeira unidade, e a conjunção *que* precedida ou não pela combinação [preposição + artigo] *do(a)* na segunda unidade, conforme mostram as ocorrências em (1), (2) e (3), entendidas pela NGB (1958) como subordinadas adverbiais comparativas equativas, comparativas não equativas de superioridade e comparativas não equativas de inferioridade, respectivamente.

(1) tinha fechado o consultório, lá em Bonsucesso e vinha-me embora**. eu nunca olhei *tanto* para atravessar uma rua *como* naquela noite** (BR80: O Acidente)

(2) conheço mui[...], muita mulher **que ganha *mais que* o marido**, e, e, e eles ficam assim enciumados, porque eles querem ser sempre os machões, ? (BR80- Nada Ciumenta)

(3) o que fez a Revolução... foi muito ***menos*** a miséria... ***do que* o preço dos tri/ o preço do trigo**... não é isso... era a subida dos preços... (NURC-RJ - EF-382)

Nos três casos, há um operador descontínuo, constituído, na primeira oração, por um quantificador e/ou intensificador (*tanto*, *mais*, *menos*) que atua sobre o predicado verbal em (1) e em (2) e sobre o SN *a miséria* em (3) da primeira oração, estabelecendo, portanto, uma correlação com o advérbio modal *como* em (1), aqui possivelmente gramaticalizadas como conjunção, e a conjunção universal *que* precedida ou não do amálgama preposição + artigo *do* em (2) e (3).

Em oposição ao entendimento proposto pela NGB (1958), considera-se, neste trabalho, que a correlação constitui a realização morfossintática de uma estratégia semântico-pragmática adotada pelo falante para evidenciar uma relação de interdependência entre as duas unidades que formam aquilo que Hengeveld e Mackenzie (2008) denominam Expressão Linguística. Partindo desse princípio, uma abordagem que reconhece a atuação de fatores interpessoais e representacionais na motivação da forma linguística – como é o caso da Gramática Discursivo-Funcional – mostra-se adequada para explicar tal fenômeno.

2 Suporte teórico: a correlação e a comparação

A parte teórica deste trabalho requereu a leitura de gramáticas de base normativa e de base linguística para analisar o que dizem essas obras sobre o processo de correlação (e temáticas relacionadas). Requereu também a leitura de obras que discutem especificamente a correlação comparativa e o modo como ela é entendida pela Gramática Discursivo-Funcional. Inicia-se, portanto, na seção 2.1 com o aporte das gramáticas normativas.

2.1 A correlação nas gramáticas normativas

Tomando por base textos de Kury (1986), Cunha e Cintra (2008), Azeredo (2008) e Bechara (2019), constata-se que apenas um destes autores considera o termo *correlação*. Por isso, será examinado, inicialmente, como as gramáticas de base normativa tratam das construções comparativas.

Começaremos por Kury (1986) e Cunha e Cintra (2008). O primeiro define a oração subordinada como dependente de um termo da frase, ou de uma oração principal, nele/nela exercendo uma função sintática; similarmente, Cunha e Cintra (2008) consideram que a oração subordinada adverbial funciona como um adjunto adverbial de outra oração. Normalmente a oração subordinada adverbial é introduzida por uma conjunção subordinativa.

Azeredo (2008), por seu lado, que concorda com esses dois autores, define a subordinação como "dependência": uma combinação de duas unidades livres, geralmente de classes diferentes, de modo que uma delas passa a ser uma base e a outra sua expansão. Além disso, esse gramático estabelece uma diferença hierárquica entre as unidades relacionadas, estando a unidade subordinada sempre contida numa maior, superior na hierarquia. Nomeia ainda o conceito de "subordinante" (termo indicador de uma função).

Bechara (2019) também considera que, na subordinação, uma oração passa a ser "membro" de outra e que, para isso, são necessários dois elementos: um para marcar a subordinação (que, no português, é *que*) e um para indicar a função exercida na oração complexa.

Depois de definirem o que são orações subordinadas, em seus respectivos trabalhos, os autores filtram a categoria para classificarem especificamente as subordinadas comparativas.

Kury (1986) define a *oração comparativa* como equivalente a um adjunto adverbial de comparação; é uma oração que esclarece um pensamento a partir da semelhança, da igualdade. As *comparativas*, então, subclassificam-se em: (i) assimilativas, que apontam semelhanças; (ii) quantitativas ou intensivas, que apontam igualdades; e (iii) concessivas, que apontam que um obstáculo não impedirá ou modificará a declaração da oração principal. Cunha e Cintra (2008) definem a *oração subordinada adverbial comparativa* como uma *subordinada adverbial* que apresenta conjunção *comparativa*;

Azeredo (2008) é o único gramático a identificar a comparativa com a *correlação*, considerando-a como o processo usual na linguagem da argumentação, utilizado para dar idêntico realce às unidades conectadas. Acrescenta que os advérbios *tanto* e *quanto*, *mais* e *também* são utilizados para realizar a correlação. Ao definir a comparação, o autor distingue a de igualdade, a de superioridade e a de inferioridade.

Por fim, Bechara (2019) prefere investir na terminologia da Nomenclatura Gramatical Brasileira (documento padronizador da linguagem utilizada no ensino da língua portuguesa no Brasil que, por vezes, neste relatório, é chamado de "NGB"), ou seja, a de *oração subordinada adverbial comparativa*, identificando-a como um tipo de oração que exprime o ser com que se compara outro ser da oração principal. A *comparativa* é subclassificada em assimilativa e quantitativa; a primeira assimila uma coisa, pessoa, qualidade ou fato a outra mais impressionante ou conhecida; a segunda compara, em quantidade ou intensidade, coisas, pessoas, qualidades ou fatos – as quantitativas são divididas: (a) igualdade; (b) superioridade e (c) inferioridade.

2.2 A correlação nas gramáticas de referência

As gramáticas de base linguística, que servirão de guia para a análise, incluem, neste trabalho, a leitura das obras de Câmara Jr. (1972, 1975, 1981), Neves e Dall'Aglio-Hattnher (2002), Módolo (2008) e Castilho (2010).

Câmara Jr. (1972) considera, em seu trabalho, que a NGB foi "um excelente passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura". O autor assinala que, no Brasil, professores de português se veem frente à obrigação de criar nomenclaturas gramaticais próprias. A partir disso, segundo ele, surge a multiplicidade, que pode ocorrer ou por certo pedantismo exibicionista ou por divergências doutrinárias. Sob essa ótica, Câmara Jr., na mesma obra, afirma que a Comissão da Nomenclatura "prestou um grande serviço ao estudo e ao ensino da língua materna" ao suprimir os conceitos de correlação e justaposição. Seu argumento para a exclusão dessa terminologia é que, pensando nas definições de coordenação e subordinação, é possível verificar que a correlação e a justaposição não passam de modalidades das duas classificações anteriores.

Em outra obra, Câmara Jr. (1975) chama o que consideramos correlatas de "comparação de superioridade", "comparação de inferioridade" e "comparação de igualdade". A primeira apresenta o advérbio *mais*; a segunda, *menos*; e a última, a estrutura *tão... como/quanto...*. Ele embasa seu ponto de vista no idioma latino, que possui um padrão comparativo, no qual fazer uma comparação implica expor a superioridade de uma qualidade de um ser em confronto com a de outro – assim, é importante ressaltar que, no latim, não há uma estrutura correspondente à "comparação de inferioridade".

Anos depois, no entanto, contrariando o que defende nas duas obras aqui já apresentadas, Câmara Jr. (1981) inclui a correlação em seu trabalho. Primeiro, o linguista define a coordenação. Nesta estrutura, os termos se ordenam numa sequência e não ficam conjugados num sintagma, de modo que cada termo vale por si, e a soma deles resulta na significação global. A coordenação é dividida em assindética (quando termos se seguem separados por vírgula ou ponto e vírgula) e sindética (quando termos se ligam por meio da conjunção copulativa e outras coordenativas).

Em seguida, a definição de correlação do autor sugere que ele considera esse processo um "meio termo" entre a coordenação e a subordinação. Para Câmara Jr. (1981), a correlação é a construção sintática de duas partes relacionadas entre si e a associação das formas por semelhança ao lado da oposição por seus contrastes. Neste caso, a enunciação de uma parte (prótase) prepara a enunciação de outra (apódose). A correlação, assim, pode ser estabelecida por coordenação (a partir da estrutura *não só... mas...*) ou por subordinação (a partir da estrutura *tão... que...*).

Por fim, aparece a subordinação, definida como um processo linguístico que cria o sintagma, estabelecendo entre os constituintes uma relação de determinado a determinante, sendo o determinante o principal elemento da construção. Neste esquema, um adjunto é subordinado ao substantivo que determina, o verbo é subordinado ao sujeito e os complementos são subordinados ao verbo. Com base nisso, o autor considera a subordinação oposta à coordenação, reforçando a hipótese de que a correlação, para ele, pode ser considerada o "meio termo" entre coordenação e subordinação, que consistem em relações clássicas nas gramáticas de base normativa.

Neves e Dall'Aglio-Hattnher (2002) abordam as construções comparativas como um domínio gramatical complexo: algumas indiscutivelmente são comparativas (como as que empregam as partículas *do que* e *tanto como*), mas outras têm problemas que dificultam a classificação (como a expressão de modo, a determinação do nível de comparação e a elisão do segundo membro da comparação). Além disso, a análise semântica das comparativas revela-se ainda mais complicada na modalidade oral, quando a reconstrução das intenções do falante pode se mostrar um procedimento bastante delicado. A gramática tradicional, enquanto isso, negligencia o tratamento adequado das comparativas, considerando-as "orações subordinadas adverbiais comparativas", terminologia que reflete uma compreensão superficial dessas construções.

Klein (1982), citado por Neves e Dall'Aglio-Hattnher (2002), critica a abordagem tradicional das comparativas, apontando que, na linguística, a maioria das tentativas de interpretar semanticamente essas construções consiste na tradução de sentenças em expressões de cálculo lógico. Contudo, uma vez que não inclui um exame do caráter de uma língua natural, esse processo não fornece os meios necessários para a compreensão das construções comparativas efetivamente realizadas.

As construções comparativas, segundo Neves e Dall'Aglio-Hattnher (2002), distinguem-se entre si por características centrais. Do ponto de vista sintático, destaca-se a interdependência de dois elementos, que se correlacionam para estabelecer a comparação. No plano semântico, por sua vez, estabelece-se um cotejo entre os elementos em questão, operação que os situa em relação a um ponto de referência comum. A natureza relacional das comparativas se evidencia em sua aproximação com as aditivas, pois ambos os tipos compartilham a característica da redundância. No entanto, a comparação não se limita à constatação de semelhanças; ela implica, obrigatoriamente, a noção de contraste, que pode se manifestar de diversas formas. Portanto, as construções comparativas estabelecem um diálogo entre elementos, revelando particularidades e, assim, se caracterizam por sua natureza relacional e contrastiva.

Neves e Dall'Aglio-Hattnher (2002) propõem uma classificação para as comparativas, dividindo-as em dois tipos principais: as correlativas e as não correlativas.

O caso das correlativas – cuja função é estabelecer uma comparação entre dois elementos, enfatizando a relação de proporcionalidade ou equivalência entre eles –, é caracterizado pela presença de um elemento na oração nuclear que se correlaciona com a conjunção presente na oração comparativa. O caso das não correlativas – cuja função é comparar dois elementos, enfatizando a semelhança ou diferença entre eles –, por sua vez, se distingue pela ausência de um elemento de correlação na oração nuclear (*Maria come muita carne como seu irmão*).

Para além dos tipos mencionados de comparação, o português conta também com as construções comparativas de igualdade e com as construções comparativas de desigualdade. As de igualdade são caracterizadas por expressarem equivalência (de qualidade, quantidade, intensidade ou modo) entre dois elementos. As de desigualdade, por outro lado, expressam a diferença (também de qualidade, quantidade, intensidade ou modo) entre dois elementos.

A última obra analisada, a de Castilho (2010), explora as relações intersentenciais. Tradicionalmente, essas relações se dividem em duas categorias já definidas: subordinação e coordenação. Castilho (2010), no entanto, admite a correlação, entendida por ele como um terceiro tipo de relação por não se encaixar perfeitamente em nenhuma das outras duas categorias. Como Câmara Jr. (1981), o linguista entende as correlativas como um nível intermediário, mesmo após criticar a nomenclatura das correlatas em trabalhos anteriores.

A discussão realizada nesta seção permite conferir o ponto de vista de cada um dos linguistas examinados acerca da correlação. Câmara Jr. (1972, 1975), o único que se mostrou contrário ao uso desse termo, posteriormente, em outra obra, o admitiu. O olhar sobre a comparação e a correlação a partir dos trabalhos apresentados traz à tona a reflexão sobre a complexidade da língua em sua totalidade, tanto em sua forma culta quanto falada. Na próxima seção, que trata especificamente da correlação comparativa, serão tomadas como referência gramáticas de base linguística, com atenção especial a textos de Módolo (2011), de Rodrigues (2014) e de Rosário (2018). Também, serão apresentadas menções de outros linguistas, como Oiticica (1952), utilizadas pelos próprios autores para a exposição de suas ideias.

2.3 A correlação comparativa na literatura linguística

Módolo (2008, 2011) destaca que o fato de existirem diferentes tipos de correlação na língua portuguesa propicia a oportunidade de se contar com características e funções específicas. O autor define, portanto, quatro tipos de correlação. A primeira é a aditiva, na qual o elemento *mas também* tem a função de acrescentar uma informação. Em seguida, vem a alternativa, que utiliza o correlativo *seja* para introduzir sentenças com relações de alternância. A terceira modalidade, a consecutiva, é empregada para expressar uma relação de causa e consequência entre duas orações. Por fim, a comparativa se identifica por uma relação de interdependência entre os elementos. No texto de 2011, Módolo (2011) distingue a correlação da coordenação e da subordinação, propondo essa tipologia sintática para as sentenças correlatas do português.

Rosário (2012), por seu lado, define a correlação como "composta por duas partes interdependentes e relacionadas entre si", diferenciando-a também da coordenação e da subordinação. Rodrigues (2014) considera a correlação como um processo de articulação de orações, assim como a coordenação e a subordinação. Como Módolo (2011), a autora divide as correlatas em cinco tipos: aditivas, alternativas, comparativas, consecutivas e proporcionais – que, segundo Rodrigues (2014), expressa uma relação de aumento ou diminuição proporcional entre as orações. Podemos concluir, desse modo, que os três admitem a correlação como um processo diferente das formas normativas tradicionais (coordenação e subordinação), embora cada um a defina de uma maneira própria, diferenciando estruturas.

Rodrigues (2014), em concordância com Oiticica (1952), considera que a correlação é, de fato, posta em segundo plano, pois é frequentemente vista como um subtipo da coordenação ou da subordinação. Seu trabalho faz menção a diversos pesquisadores e seus pontos de vista acerca das correlatas. Chediak (1960), Melo (1970) e Castilho (2002) – além da própria autora (Rodrigues, 2001; 2007) – são apontados como defensores do processo. Deve-se destacar que o gramático Rocha Lima, antes da publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, considerava, além da coordenação e da subordinação, a correlação e a justaposição; no entanto, em 2003, acatando os ditames da NGB, passou a elencar em sua gramática apenas as duas classificações tradicionais.

Apesar dos autores citados, a maioria dos gramáticos não encara a correlação como um processo distinto, o que Rosário (2009) atribui à influência da NGB. Câmara Jr. (1981) caracteriza a correlação apenas como um processo enfático; Bechara (1999), Luft (2000) e Kury (2003) concordam com essa posição, e Carone (2003), por sua vez, considera as correlatas variantes dos processos subordinativos e coordenativos.

Rodrigues (2014) defende que a correlação se diferencia da subordinação e da coordenação em função dos seguintes traços: (i) possui um par de conectores (um elemento em cada oração); (ii) não pode ter sua ordem invertida; (iii) não pode ser considerada parte de uma outra correlata.

Rosário (2018) apoia-se no esquema de Hopper e Traugott (1997, p. 170), que tem a hipotaxe como um "ponto intermediário" entre a parataxe e a subordinação em função de dispor dos traços [-encaixamento] e [+dependência]. Nesse trabalho, o autor pretende diferenciar as correlatas aditivas das coordenadas aditivas e, para isso, sustenta que as correlatas têm uma estrutura de figura e fundo, marcada por interdependência sintática, enquanto as coordenadas têm uma estrutura de figura e figura, marcada por independência sintática. Módolo (2011) concorda com essa posição: as frases correlativas exemplificam uma relação de interdependência. O autor, reafirmando, cita Melo (1954, p. 121): "Correlação é um processo mais complexo em que há, de certo modo, interdependência".

2.4 A correlação na gramática discursivo-funcional.

Nesta seção, analisamos o arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), com base na obra de Hengeveld e Mackenzie (2012).

Para tanto, inicia-se afirmando que o Funcionalismo Linguístico, diferentemente de abordagens formais, que priorizam estruturas gramaticais em si, busca compreender

os usos da linguagem em contextos de comunicação, enfatizando, assim, sua função social e interacional. A GDF, nesse cenário, surge como uma teoria que integra a linguagem a um modelo global de interação verbal, buscando explicar a estrutura linguística a partir de funções comunicativas.

A arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional começa com a intenção do falante e se desenvolve até a articulação, tendo, desse modo, uma orientação descendente com base nas orientações de natureza psicolinguística do estudo de Levelt (1989). A GDF, então, tenta refletir evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica.

A Gramática Discursivo-Funcional opera, segundo os autores, com base em dois processos principais. Eles regem a produção e a compreensão da linguagem, responsáveis por transformar as intenções comunicativas dos falantes em estruturas linguísticas e vice-versa. O primeiro deles é a formulação: regras que determinam representações semânticas e pragmáticas subjacentes válidas em uma língua, ou seja, o significado e a intenção por trás das palavras. O outro processo é a codificação: regras que convertem essas representações semânticas e pragmáticas em representações fonológicas e morfossintáticas, ou seja, a forma como essas palavras são estruturadas e pronunciadas.

Além disso, o modelo teórico inclui quatro componentes, cada qual encarregado de um aspecto específico da linguagem, como a forma, o significado ou o contexto.

O Componente Conceitual é responsável pela intenção comunicativa e pelas conceitualizações relativas a eventos extralinguísticos, atuando como força motriz por trás do componente gramatical, fornecendo o material que motiva os atos discursivos.

O Componente de Saída gera expressões acústicas, escritas e de sinais com base na informação fornecida pelo componente gramatical, sendo, portanto, responsável pela articulação da mensagem.

O Componente Contextual contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso, do contexto em que ocorre o evento da fala e das relações sociais entre os participantes, influenciando o funcionamento do componente gramatical por meio do fornecimento de informações relevantes para a formulação e a codificação.

O Componente Gramatical traduz representações conceituais em estruturas linguísticas, abrangendo os níveis interpessoal, representacional morfossintático e fonológico; é lá que ocorrem os processos de formulação e de codificação. Este componente, tal como visto pela GDF, incorpora a existência de quatro níveis, cada qual, sendo responsável por um tipo específico de informação linguística, conta também com diferentes camadas de representação da linguagem.

O Nível Interpessoal capta distinções de formulação que dizem respeito à interação entre falante e ouvinte, como os atos discursivos e os subatos, e trata de aspectos como a hierarquia dos atos discursivos e as funções pragmáticas.

O Nível Representacional diz respeito aos aspectos semânticos da unidade linguística e é responsável pela designação e pelas categorias semânticas que organizam o conhecimento sobre o mundo.

O Nível Morfossintático, que consiste na estrutura gramatical da língua, incluindo a morfologia e a sintaxe, cuida da codificação das distinções interpessoais e representacionais, abrangendo desde a raiz da palavra até a expressão linguística (Hengeveld; Mackenzie, 2008), que consiste num conjunto de ao menos um elemento que

pode ser utilizado que maneira independente. A unidades pertencentes a uma expressão linguística (orações ou sintagmas) não constituem partes umas das outras, mas podem combinar-se de diferentes modos. Uma das possibilidades é a ocorrência de duas orações tão mutuamente dependentes que nenhuma delas pode ser usada de maneira independente, embora uma não seja constituinte da outra. Esse processo, que é denominado equiordenação oracional, é o que define mais adequadamente a correlação de um ponto de vista morfossintático na GDF.

O Nível Fonológico, por fim, trata dos aspectos da codificação não abrangidos pelo nível morfossintático e lida com a estrutura sonora da língua, incluindo os fonemas e os elementos suprassegmentais.

Esse arcabouço teórico enfatiza a interação entre os componentes e os níveis apresentados, mostrando como a linguagem é moldada por fatores sociais, contextuais e cognitivos. Os componentes conceituais e contextuais alimentam o componente gramatical, o qual, por sua vez, fornece informações para o componente de saída. Os níveis de representação interagem entre si, com o nível interpessoal e o representacional exercendo influência sobre os demais que constituem a codificação. Dessa forma, a GDF, ao integrar a linguagem a um modelo global de interação verbal, nos permite compreender melhor usos da linguagem em contextos comunicativos reais. A comunicação se mostra, assim, dinâmica, adaptável e multifacetada.

3 Proposta de trabalho, universo de investigação e procedimentos metodológicos

O objetivo central deste trabalho consiste em descrever, de modo abrangente, a gramática das correlações comparativas no português, com base na Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Parte-se da hipótese de que tais construções – tradicionalmente classificadas como orações subordinadas adverbiais comparativas, conforme a Nomenclatura Gramatical Brasileira (1958) – configuram, na verdade, um tipo de correlação sintática com traços próprios, diferentes daqueles que caracterizam os processos de coordenação e subordinação. Desse modo, busca-se investigar se as construções comparativas de igualdade, de superioridade e de inferioridade podem ser compreendidas como construções correlativas e, ainda, se a escolha por determinado tipo está motivada por fatores pragmáticos ou semânticos no discurso.

Nesta pesquisa, adotou-se a orientação descendente proposta pela Gramática Discursivo-Funcional, a qual organiza os fenômenos linguísticos em quatro níveis de análise: interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico. Cada um desses níveis foi tomado como parâmetro para a investigação, a fim de revelar os mecanismos de formulação e de codificação que conduzem a estruturação das comparativas no português falado.

O *corpus* da pesquisa é constituído por dados orais provenientes de dois projetos: o "Português oral", desenvolvido no âmbito do projeto "Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais" e o Projeto da Norma Linguística Urbana Culta (NURC), de Castilho (1990). O primeiro compreende amostras de variedades do português falado em diversas regiões e países, no entanto, neste estudo, foi analisada apenas a variedade

brasileira. O segundo, por sua vez, reúne entrevistas realizadas com informantes adultos da variedade culta urbana de cinco capitais brasileiras – sendo elas: Porto Alegre (POA), Recife (RE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (SAL) e São Paulo (SP). Ambos os trabalhos fornecem transcrições ortográficas alinhadas, em situações comunicativas espontâneas e diversificadas.

No *corpus* selecionado, foram levantadas ocorrências que contam com um período composto por duas orações, sendo a segunda introduzida pela conjunção *(do) que*, combinado com os advérbios quantificadores ou intensificadores *mais* ou *menos* (no caso das comparativas não equativas de superioridade e de inferioridade), e pela conjunção *quanto* ou *como*, combinada com um advérbio quantificador ou intensificador *tanto* ou *tão* (no caso das comparativas equativas). Em seguida, essas ocorrências foram analisadas e codificadas conforme parâmetros distribuídos pelos quatro níveis da GDF.

No Nível Interpessoal, examinou-se se as unidades comparadas compunham dois Atos Discursivos independentes, um Ato e um Subato, ou dois Conteúdos Comunicados no interior de um mesmo Ato. Foram observadas as funções pragmáticas atribuídas às unidades envolvidas – Tópico, Foco e Contraste. Além disso, foi analisada a presença ou ausência de operadores de ênfase, que intensificam a comparação.

No Nível Representacional, classificaram-se os elementos comparados com base nas categorias semânticas propostas por Hengeveld e Mackenzie (2008): Indivíduo (x) (ou outra categoria equivalente, como Tempo (t) ou Lugar (l)), Estado de Coisas (e), Propriedade Configuracional (fc), Propriedade lexical (f). Assim, a análise se deu em três frentes: (a) a categoria lexical do comparador, podendo ser adjetivo, advérbio, verbo ou substantivo;(b) a função semântica do constituinte padrão (standard) da comparação, identificada como argumento, predicado ou modificador; (c) a presença ou ausência de negação no enunciado.

No Nível Morfossintático, examinou-se quais camadas participam da construção da Expressão Linguística (Le) no processo comparativo. Verificou-se se a comparação aparece entre orações (Cl) ou entre sintagmas (Xp). Ainda, foi identificada a forma da construção comparativa, distinguindo entre: (i) formas analíticas (com *tão* ou *tanto* combinados com *como* ou *quanto* e *mais* ou *menos* combinados com *que* ou *do que*) e (ii) formas sintéticas (*melhor* e *pior* seguidos por *que* ou *do que*).

No Nível Fonológico, foi analisado quais camadas estão envolvidas nas construções comparativas. Isso inclui verificar: (i) se as duas unidades em comparação formam juntas um único Enunciado (U) com uma Frase Entonacional (IP); (ii) se esse Enunciado é composto por pelo menos duas Frases Fonológicas (PP). Essa análise também requer observar em que medida há correspondência entre as unidades identificadas nos níveis de formulação (Interpessoal e Representacional) e nos níveis de codificação (Morfossintático e Fonológico).

As ocorrências codificadas segundo os parâmetros mencionados foram submetidas ao software estatístico Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), a fim de aferir a frequência dos fenômenos observados, possibilitando, assim, uma análise qualitativa dos dados. A partir desses resultados, buscou-se compreender o tipo de relação que as comparativas estabelecem, ou seja, se de dependência mútua ou de não dependência. Os resultados dessa investigação estão apresentados na próxima seção.

4 Apresentação e análise dos resultados

Na seção anterior, tratamos dos parâmetros de análise cujo fundamento teórico são as camadas em que se organizam os quatro níveis com um olhar mais centrado nas motivações pragmáticas e semânticas das construções comparativas, que envolvem o modo como os procedimentos de Formulação mapeiam-se na codificação em procedimentos morfossintáticos específicos.

Em seguida, realizou-se um levantamento quantitativo com base no programa Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), o que permitiu fazer, nesta seção, uma análise qualitativa dos resultados com uma base quantitativa objetiva, ou seja, uma análise que identificou a frequência e o porcentual das ocorrências de acordo com os parâmetros de análise. Os resultados são apresentados sob a forma de tabelas e, em seguida, qualitativamente interpretados e acompanhados com ocorrências retiradas da amostra que ilustram o comportamento gramatical específico dos tipos de comparativa.

Foram coletadas na amostra um total de 207 ocorrências de construções comparativas com a seguinte distribuição: as não equativas de superioridade têm uma frequência percentual de 87% (180/207), seguidas pelas equativas, que apresentam um índice de 9,2% (19/207); são as não equativas de inferioridade que mostram a menor frequência, ou seja, 3,9% (8/207). Essa distribuição pode não ser mero acaso: é muito mais atraente para o falante estabelecer uma comparação não equativa com a relação de superioridade do que com a de inferioridade. As equativas constituem um caso à parte, já que não admitem escolha se a propriedade que serve de base de comparação iguala o objeto comparado e o objeto padrão de comparação. No caso de diferenciá-los, a preferência incide necessariamente sobre as comparativas não equativas de superioridade.

Tendo apresentado os dados gerais, inicia-se a análise mais específica dos parâmetros de análise. O percurso da análise terá como base na orientação descendente com que se organizam os níveis da GDF, conforme discutido na seção 2.4.

Iniciando então com as categorias de análise do Nível Interpessoal, pode-se defender que as duas unidades envolvidas com a comparação equativa e com a não equativa constituem um único ato discursivo, o que se comprova no fato de que a alteração de uma ilocução declarativa para uma ilocução interrogativa afeta ao mesmo tempo as duas unidades envolvidas (José é mais esperto que seu irmão x José é mais esperto que seu irmão?)

Ainda no Nível Interpessoal, a análise se voltou para a relação entre funções pragmáticas e os três tipos de construções comparativas, conforme mostra a Tabela 1[2].

Tabela 1 — Relação entre funções pragmáticas e construções comparativas

[2] Antes de prosseguir, advertimos o leitor de que os dados das tabelas dispõem de uma orientação vertical, isto é, os parâmetros são analisados estatisticamente em relação ao total de cada tipo de construção comparativa, e não na orientação horizontal em que são os parâmetros de análise que sobressairiam. Isso significa que cada fator de análise tem seu significado quantitativo no interior de cada tipo de construção analisada.

	Não equativo de superioridade		Não equativo de inferioridade		Equativo		Total
	Freq	**%**	**Freq**	**%**	**Freq**	**%**	
Tópico	65	36,1	2	25	19	100	86
Contraste	88	48,9	6	75	0	0	94
Foco	27	15	0	0	0	0	27
Total	180	87	8	3,9	19	9,2	207

Fonte: autoria própria.

Os dados da Tabela 1 mostram que a função pragmática Contraste teve a maior incidência de ocorrências nas construções comparativas analisadas, mas com uma diferença discreta em comparação com a categoria Tópico. Olhando para as não equativas de superioridade, essa proporção se mantém, já que a maioria dos casos, 48,9% (88/180), aponta para a função pragmática Contraste. A distribuição é proporcional para as não equativas de inferioridade, apesar do reduzido número de ocorrências desse tipo de comparativa.

O tipo de função pragmática envolvido, todavia, mostra uma diferença marcante de distribuição entre os três tipos de comparativas, já que é absoluta a incidência da função Tópico nas equativas. Essa preferência pela atribuição da função de Contraste está exemplificada no exemplo (4):

(4) Viajar dependurado num trem deve ser muito mais confortável, muito mais gostoso, muito mais, eh, excitante do que viajar dentro dum trem daqueles, quer dizer, que deve ser horrível, não é? (NURC-RJ - DID-233)

A alta incidência também da atribuição da função pragmática Tópico sugere que, ao recorrer a comparações com valores distintos, como as não equativas, os falantes tendem a recorrer ao objeto da comparação com função de Tópico, reforçando sua centralidade temática, como mostra o exemplo (5):

(5) taxionomia é uma classificação mas é mais do que uma classificação, mais sistemática pode ser, como? é uma classificação ordenada, certo, sequencial, hierarquizada (NURC-POA-EF-278)

Já no caso da função pragmática Foco, a exclusividade de incidência nas construções não equativas de superioridade indica que, quando o constituinte objeto de comparação exerce a função Foco na sentença, a escolha preferencial recai nesse tipo de construção não equativa, dado que reforça a ideia de que as comparações de superioridade são usadas como recurso de destaque informacional no discurso, como mostra o exemplo (6):

(6) já o homem se igualando à obra... ele coloca... por exemplo... o César... e o homem maior do que a obra é Napoleão... (NURC-RJ – EF 382)

Vejamos, agora, na Tabela 2, o grau de incidência na amostra de operadores de ênfase em relação aos tipos de construção comparativas.

Tabela 2 — Incidência de operador de ênfase em relação às construções comparativas

	Não equativo de superioridade		**Não equativo de inferioridade**		**Equativo**		**Total**
	Freq	**%**	**Freq**	**%**	**Freq**	**%**	
Presença	78	43,3	3	37,5	0	0	81
Ausência	102	56,7	5	62,5	196	0	126
Total	180	87	8	3,9	19	9,2	207

Fonte: autoria própria.

A análise da Tabela 2 evidencia que, embora a predominância de operadores de ênfase ocorra nas construções não equativas de superioridade, com 43,3% (78/180) dos casos, a maioria dessas construções, 56,7% (102/180), não dispõe desse tipo de operador. A distribuição é a mesma quando considerada a construção não equativa de inferioridade. Esses dados sugerem que, ao realizar comparações de superioridade e de inferioridade, os falantes optam por não usar majoritariamente estratégias linguísticas de reforço, o que de fato ocorre com o uso do advérbio *muito* na ocorrência (7):

(7) A mulher espanhola é muito mais coquete do que a mulher francesa, né, é muito mais charmosa, mais coquete. (NURC-RJ - DID-360)

Nas construções equativas, por outro lado, não houve registro de operador de ênfase. Analisando a incidência estatística nula, é indicado que, nesse tipo de comparação, não é comum o uso de mecanismos que intensifiquem uma propriedade sobre a qual se estabelece a relação de igualdade entre os elementos em comparação, ou seja, o fato de não implicar diferença para mais ou para menos torna desnecessário codificar a relação de igualdade com operadores de ênfase. Não é, portanto, obra do puro acaso que são as construções não equativas que manifestam uma incidência significativa desse tipo de operador.

Embora a distribuição de ausência de operador de ênfase apareça também com frequência nas construções não equativas de superioridade (81%), o destaque continua sendo o fato de que a presença elevada desses operadores, em comparação aos demais tipos de construção. Assim, é reforçada a ideia de que, no discurso, a superioridade é mais frequentemente marcada por recursos linguísticos que amplificam o valor não equativo.

Passemos, agora, à análise da distribuição dos três tipos de comparativas em relação às categorias do Nível Representacional. A Tabela 3 trata da categoria lexical que exerce a função de base da comparação em relação às três construções comparativas.

Tabela 3 — Relação entre a categoria lexical do comparador e as construções comparativas

	Não equativo de superioridade		**Não equativo de inferioridade**		**Equativo**		**Total**
	Freq	**%**	**Freq**	**%**	**Freq**	**%**	
Adjetivo	113	62,7	2	25	11	58	126
Advérbio	6	3,3	0	0	0	0	6
Verbo	22	12,3	1	12,5	5	26,3	28
Substantivo	39	21,7	5	62,5	3	15,7	47
Total	180	87	8	3,9	19	9,2	207

Fonte: autoria própria.

A Tabela 3 permite verificar que a categoria lexical mais frequente atuando como base de comparação é a dos adjetivos, atingindo a frequência bruta de 126/207, correspondente a 60,8%. O uso do substantivo é a segunda categoria mais frequente, seguida pelo verbo. Esse resultado confirma a hipótese de que são os adjetivos a classe de palavras mais produtiva para expressar a base da relação comparativa. O exemplo (8) ilustra o uso dessa propriedade com construções de superioridade.

(8) e assim sendo os filmes deles evidentemente que são muito mais evoluídos do que os nossos. (NURC-RJ - DID-45)

Outra observação relevante a fazer é a incidência exclusiva do uso de advérbios como base de comparação nas construções não equativas de superioridade, com 3,3% (6/180). Esse resultado revela a preferência por esse recurso lexical para marcar aspectos comparativos circunstanciais ou de intensidade reforçando a superioridade de um termo sobre outro, como mostra o exemplo (9):

(9) não há enfarte que dê jeito, porque o número de automóveis cresce <u>muito</u> mais rapidamente do que o número de ruas que os automóveis podem passar. (NURC-RJ - DID-122)

Em relação às classes de palavras dos verbos e dos substantivos, os dados apontam para uma frequência majoritária de uso nas não equativas de superioridade, com 78,6% (22/28) e 83% (39/47), respectivamente, conforme ilustrado nos exemplos (10) e (11):

(10) e já estou vendo que os apartamentos subiram muito mais do que subiu a casa. (NURC-RJ - DID-272)

(11) Eu tenho pena porque é casa, é melhor do que apartamento, tem ... Apartamento dá muita confusão. (NURC-RJ-DID-140)

O que chama a atenção é que, de maneira geral, a distribuição das classes de palavras tem o mesmo peso em todos os tipos de comparativas, com exceção da classe do advérbio, que ocorre apenas com não equativas de superioridade. Essa distribuição sugere baixo grau de diversidade de comportamento semântico entre as construções na distribuição de categorias lexicais como base de comparação. Para ilustrar, as ocorrências em (12) e (13) mostram, respectivamente, casos de advérbio e de adjetivo:

(12) Infelizmente tinha que comer lá só, e deixar por lá porque não podia trazer tantos quanto eu gostaria de ter trazido. (NURC-RJ - DID-211)

(13) Engraçado que lá eu morava numa vila também, agora não era uma vila bonitinha quanto essa não (NURC-RJ - DID-101)

Passa-se a examinar, agora, a distribuição do uso da classe semântica do constituinte standard de comparação nas construções comparativas, conforme ilustrado na Tabela 4.

Tabela 4 — Relação entre a Função semântica do constituinte standard e as construções comparativas

	Não equativo de superioridade		**Não equativo de inferioridade**		**Equativo**		**Total**
	Freq	**%**	**Freq**	**%**	**Freq**	**%**	
Argumento	39	59,1	5	83,3	3	30	47
Predicado	21	31,8	1	16,7	5	50	27
Modificador	6	9,1	0	0	2	20	8
Total	66	100	6	100	10	100	82

Fonte: autoria própria.

A análise da Tabela 4 revela que, no caso das construções não equativas de superioridade, a função de argumento é predominante, representando 59,1% das ocorrências, como no exemplo a seguir. Essa distribuição sugere que, ao estabelecer comparações de superioridade, os falantes tendem a utilizar constituintes que desempenham papéis centrais na estrutura oracional.

(14) eu e outros.., que viamos naquilo mais uma questão . de princípio... do que uma questão de ordem financeira (NURC-SP-DID-250)

A função de predicado também aparece com relativa frequência nas construções de superioridade, com 31,8%. Isso indica que, embora em menor proporção, os constituintes comparados podem ocupar posições de núcleo predicativo, sendo o local da atribuição de propriedades ou ações. A ocorrência em (15) mostra a comparação entre as ações de *comer* e *preparar*.

(15) L 2 opa, melhor ainda o comer, sempre quando eu falo em comer, por exemplo, é um negócio que, que me atinge diretamente, por que em primeiro lugar, eu gosto de come(r), e mais do que isso eu gosto de prepara(r), tenho prazer de faze(r) determinados pratos, gosto, me sinto bem, talvez um hoby (óbi), né (NURC-PORTO ALEGRE- D2-291)

Já a função de modificador, ou seja, quando dois adjetivos ou advérbios são comparados, é pouco recorrente nesse tipo de construção, com apenas 9,1% dos casos. Assim, o uso de modificadores como elementos padrão em comparações não equativas de superioridade é mais restrito. No exemplo (16), estão em comparação dois adjetivos:

(16) e essa casa era assim... comprida muito mais comprida que larga (NURC-RJ - DID-11)

Nas construções equativas, por outro lado, observa-se uma distribuição mais equilibrada: 50% dos constituintes standard ocupam a função de predicado, 30% são argumentos e 20% atuam como modificadores. Em (17), (18) e (19), estão, respectivamente, ocorrências que ilustram os três casos. Essa diversidade funcional sugere que, ao estabelecer relações de igualdade, há maior flexibilidade quanto ao papel semântico do constituinte comparado, o que pode indicar uma maior versatilidade estrutural desse tipo de construção no corpus analisado.

(17) apesar de que na nossa infância a criança não era tão cuidada, tão, não recebia tanta atenção como recebe agora, né, hoje a criança é o centro, né, em uma família (NURC-RJ - DID-211)

(18) nós temos... a prova... a frequência a prova aí não é tanto como prova... seria mais um tipo de trabalho a frequência isso é relatório...dentro da faculdade esse é o único meio como a gente consegue... vê o aprendizado do estudante ? (NURC-SAL-DID-231)

(19) Agora, outra coisa, a parte de bebida, tanto faz alcoólica como não alcoólica? (NURC-RJ - DID-104)

Na sequência, apresenta-se a análise da distribuição das categorias do Nível Morfossintático pelos três tipos de comparativos que constituem nosso objeto de estudo. Os resultados constantes da Tabela 5 resultam da relação entre a natureza morfológica do

constituinte gramatical que estabelece a conexão entre as duas unidades morfossintáticas e os tipos de comparativas.

Tabela 5 — Relação entre a natureza morfológica do operador e as construções comparativas

	Não equativo de superioridade		**Não equativo de inferioridade**		**Equativo**		**Total**
	Freq	**%**	**Freq**	**%**	**Freq**	**%**	
tão... quanto/como	0	0	0	0	10	52,6	10
tanto... quanto/como	0	0	0	0	9	47,4	9
mais/menos... que	41	22,8	1	12,5	0	0	42
mais/menos... do que	120	66,7	7	87,5	0	0	127
melhor/pior... que	3	1,7	0	0	0	0	3
melhor/pior... do que	16	8,8	0	0	0	0	16
Total	180	87	8	3,9	19	9,2	207

Fonte: autoria própria.

A Tabela 5 permite conferir que há uma distinção categórica bem estabelecida entre os comparadores equativo e não equativo. As construções equativas aparecem exclusivamente com os formatos *tão... quanto*/*como* e *tanto... quanto*/*como*, com 100% das ocorrências. Isso mostra a regularidade morfológica desses comparadores no português e sua especificidade nas construções de igualdade.

Uma correlação significativa que mostram os dados é a distribuição dos advérbios intensificadores *tão* e *tanto*: *tão* com função intensificadora precede adjetivos e advérbios na função de base de comparação, como mostra o exemplo (20), enquanto *tanto* precede substantivos na função de quantificador, como mostra o exemplo (21), e sucede o predicado verbal também na função de intensificador, como mostra o exemplo (22).

(20) Bom, o serviço de, de táxi é uma coisa que é formidável. Nunca vi serviço de táxi tão espetacular como em Tóquio! (NURC-RJ - DID-233)

(21) no meu tempo era através de prova só nós fazíamos as provas mensais... e a prova final... trabalho de equipe que nós fazíamos mas não era tanto como hoje se faz tanto trabalho ? (NURC-SAL-DID-231)

(22) L2 é e a e a escola boa parece que é a de Piracicaba...que é que é a boa não no nível superior não medicina não eu acho que (ao menos) medicina...bom as deficiências que tem agora os estudantes...falam nós também tínhamos naquela época não bradávamos tanto quanto eles bradam é questão só de...falar de reclamar né? (NURC-SAL-DID-231)

Por outro lado, as construções não equativas de superioridade concentram-se nas chamadas formas analíticas mediante o uso *mais/menos... (do) que*, com um total de 89,5% e uma pequena incidência de 10,5% das chamadas formas sintéticas mediante o uso de *melhor*/*pior*.

Como se sabe, *melhor* é a forma sintética de *mais bom,* e *pior*, de *mais ruim*; *maior* de *mais grande*, e *menor*, de *mais pequeno*. Essas formas sintéticas são as preferidas por constituírem as selecionadas como corretas pelas gramáticas normativas do português brasileiro. Esses dados revelam uma preferência morfológica consolidada no português para marcar superioridade. As ocorrências contidas em (23), (24) ilustram a forma analítica, enquanto as ocorrências (25) e (26), a forma sintética das construções não equativas de superioridade.

(23) e essa casa era assim... comprida muito mais comprida que larga (NURC-RJ - DID-11)

(24) basta que vocês me digam que que é compreensão, mas de qualquer maneira, vamos ver, aqui dentro da categoria dois mais complexa do que a categoria um, e inferior às demais. (POA-NURC-EF-278)

(25) esse jantar dançante... é assim vamos (lá)...eles ah:: o primeiro jantar que tem eles chamam:: a ordem dos... a ordem dos BRUxos...o pessoal que organizou o jantar... então depois naquele jantar eles sorteiam outros casais...uns:: quatro casais... para Organizarem outro... jantar... então esses cada qual quer fazer melhor que o outro... (NURC-POA-DID-45)

(26) a preocupação PRINcipal está centrada na sobrevivência... não dá tempo assim para minhocar coisas muito esotéricas... de ficar pensando no sentido da vi::da... se o `rock' é melhor do que o chori::nho::... (NURC-SP-4F-405)

Prossegue-se, agora, aos dados registrados na Tabela 6, que mostram a relação entre a natureza morfossintática da unidade envolvida e os tipos de construção comparativa.

Tabela 6 — Relação entre as camadas da LE envolvidas e as construções comparativas

	Não equativo de superioridade		**Não equativo de inferioridade**		**Equativo**		**Total**
	Freq	**%**	**Freq**	**%**	**Freq**	**%**	
Oração	81	45,9	6	75	17	89,5	104
Sintagma	99	55,1	2	25	2	10,5	103
Total	180	87	8	3,9	19	9,2	207

Fonte: autoria própria.

A Tabela 6 dá clara evidência de uma ligeira predominância de sintagmas nas construções comparativas, especialmente nas construções não equativas de superioridade, que dispõem de 55,1% (99/180) de casos. Isso mostra que o fenômeno comparativo, ao menos neste corpus, tende a se realizar em camadas menores da estrutura oracional, conforme (27).

(27) talvez, dependendo do todo, uma situação de síntese a identificação, se tiver assim, um caráter já de uma pequena, um pequeno exame, então já está com um nível mais, mais complexo supondo que eu tenha dito quais são, as características da, da, do processo da avaliação (NURC-POA-EF-278)

No entanto, também se observa uma frequência expressiva de comparações no nível da oração (45% nas construções de superioridade). Portanto, embora haja um predomínio de realizações em nível sintagmático, as construções comparativas também ocorrem em posições de maior complexidade estrutural, conforme se observa em (28).

(28) eu comprei o carro... depois do dele já passei a: a quilometragem dele... e ele faz muito mais viagem viaja mais do que eu... vai muito mais a:... a Rio das Ostras e tal eu vou uma vez ou outra no meu carro... (NURC-RJ-D2-296)

A frequência de orações é a mais elevada nas construções equativas: 89,5% (17/19), como mostra (28) e apenas 10,5% (2/19) de composição com uma oração conectada a um sintagma como em (29).

(29) Bom, o serviço de, de táxi é uma coisa que é formidável. Nunca vi serviço de táxi tão espetacular como em Tóquio! (NURC-RJ - DID-233)

De conformidade com esse quadro distributivo no Nível Morfossintático, as categorias correspondentes do Nível Fonológico representam sempre uma Frase Entonacional, como vemos nos exemplos acima referidos, independentemente de constituírem uma Oração ou um Sintagma, já que se trata sempre da codificação de um Ato Discursivo no Nível Interpessoal.

Essa distribuição majoritária parece indicar que, de modo geral, nas construções comparativas, atua o *Princípio de Iconicidade*, um dos princípios gerais que maximizam o paralelismo entre os níveis, estabelecendo uma relação direta entre função (Formulação) e forma (Codificação), ou seja, transparência (Hengeveld, 2012). Nos resultados aqui discutidos, esse princípio determina uma relação direta entre a ordem em que as unidades interpessoais e representacionais aparecem nos níveis de formulação e a ordem linear em que essas unidades são expressas no Nível Morfossintático e no Nível Fonológico (Keizer, 2015, p. 173).

Em síntese, a análise dos dados evidencia que as construções comparativas no português falado apresentam comportamentos sistemáticos e recorrentes nos diferentes níveis da Gramática Discursivo-Funcional. A predominância das construções não equativas de superioridade, associada à preferência pelas funções pragmáticas de Contraste e Tópico no Nível Interpessoal, revela a relevância dessas estruturas na organização informacional do discurso. No Nível Representacional, observa-se a preferência por categorias lexicais semanticamente centrais, especialmente o adjetivo, bem como pela função semântica de argumento como base da comparação. No Nível Morfossintático, os dados apontam para a estabilidade dos pares correlativos e para a distribuição regular das formas analíticas e sintéticas, enquanto, no Nível Fonológico, verifica-se a realização predominante de uma única Frase Entonacional, independentemente da complexidade estrutural envolvida. Tomados em conjunto, esses resultados permitem observar um alinhamento consistente entre os níveis de formulação e de codificação, aspecto que será retomado e discutido de forma mais ampla nas considerações finais.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo descrever e analisar, sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), as construções comparativas correlativas no português falado, buscando evidenciar sua constituição como um processo gramatical distinto dos modelos clássicos de coordenação e subordinação. Com base nos pressupostos funcionalistas, considerou-se que a correlação constitui uma estratégia sintático-discursiva autônoma, moldada por fatores pragmáticos, semânticos e cognitivos que se manifestam em diferentes níveis de organização da linguagem.

A análise desenvolvida ao longo da pesquisa, com base em 207 ocorrências extraídas de corpora do português brasileiro falado, confirmou a hipótese inicial: as construções comparativas – em especial as não equativas de superioridade – apresentam padrões estruturais e funcionais próprios, revelando uma organização distinta das classificações normativas tradicionais.

Os dados mostraram uma expressiva predominância das construções não equativas de superioridade (87%), em comparação às construções equativas (9,2%) e às não equativas de inferioridade (3,9%). Essa distribuição parece refletir um princípio de economia e de acessibilidade cognitiva que favorece, no uso espontâneo da língua, a formulação de comparações com marca de superioridade. Do ponto de vista cognitivo, é possível supor que esse tipo de construção se encaixe mais naturalmente nos esquemas

mentais dos falantes, pois facilita o estabelecimento de contrastes e reforça a comparação dos elementos. Além disso, a preferência do falante pelas não equativas de superioridade permite-lhe evitar uma frequente associação a julgamentos de valor, o que ocorre mais facilmente nas não equativas de inferioridade, às vezes propensas a eufemismos (*Maria é menos feia que sua irmã/A irmã de Maria é mais bonita do que ela*). Nesse sentido, a assimetria entre superioridade e inferioridade não é apenas gramatical, mas também cognitiva e discursivo-interacional: valorizar algo ou alguém é cognitivamente mais simples e socialmente mais aceitável do que lhe atribuir uma posição inferior em relação a um padrão.

O exame dos dados nos diferentes níveis da GDF evidenciou essa tendência discursivo-interacional. Com efeito, no Nível Interpessoal, observou-se que as funções pragmáticas de Contraste e Tópico foram amplamente utilizadas nas construções de superioridade, o que confirma sua função argumentativa e organizadora da informação no discurso. Já a função Foco, associada ao destaque de um constituinte informacionalmente novo ou relevante, teve seu espaço privilegiado pelas construções não equativas de superioridade, reforçando a hipótese de que esse tipo de comparação é cognitivamente favorecido por sua capacidade de evidenciar elementos discursivamente relevantes da mensagem.

No Nível Representacional, a análise demonstrou a predominância do uso de adjetivos como base da comparação, o que está de acordo com a natureza avaliativa e contrastiva das construções comparativas. Observou-se também que a função semântica de argumento foi mais frequente entre os constituintes comparados, revelando que as comparações se dão, majoritariamente, entre elementos centrais da oração – e não apenas entre modificadores periféricos –, o que reforça sua relevância no plano da organização proposicional.

A análise morfossintática revelou regularidades consistentes nas formas empregadas: as construções não equativas de superioridade favoreceram o uso das formas *mais*/*menos... que*/*do que*, mas também recorreram às formas *melhor* e *pior*. Já as construções equativas mostraram-se estáveis no uso dos pares *tão*/*tanto... quanto*/*como*, o que demonstra um padrão morfológico próprio, ainda que menos frequente do que as não equativas de superioridade. A combinação entre pares correlativos e a impossibilidade de inversão das orações nessas estruturas reforçam o entendimento da correlação como um mecanismo autônomo e sistematicamente motivado. É perfeitamente possível associar a impossibilidade de inversão justamente pelo caráter binário e ao mesmo tempo interdependente das duas orações ou dos sintagmas envolvidos.

A análise fonológica mostrou que as construções comparativas tendem a formar uma única Frase Entonacional, independentemente de a comparação envolver orações ou sintagmas, uma vez que essas estruturas correspondem à realização de um único Ato Discursivo no Nível Interpessoal. Essa característica evidencia a atuação do Princípio de Iconicidade, segundo o qual há um alinhamento direto entre os níveis de formulação e de codificação, garantindo transparência entre função e forma e preservando a ordem das unidades interpessoais e representacionais nos níveis Morfossintático e Fonológico (Hengeveld, 2012).

Ao evidenciar o fato de que as construções comparativas correlativas apresentam um funcionamento que não se ajusta plenamente às classificações consagradas pela tradição normativa, em especial àquelas cristalizadas na Nomenclatura Gramatical Brasileira, este estudo dá uma contribuição relevante para a descrição gramatical do português. A análise ancorada na GDF demonstra que tais construções se organizam como unidades funcionalmente interdependentes, cuja interpretação e codificação decorrem da articulação entre fatores pragmáticos, semânticos e formais, e não de uma relação de subordinação estrita. Esse resultado aponta para a necessidade de revisão da descrição normativa e sua ampliação, de modo a incorporar classificações mais adequadas ao funcionamento efetivo da língua. No âmbito do ensino de gramática, as implicações são igualmente relevantes, uma vez que a compreensão das comparativas como estruturas correlativas, discursivo e cognitivamente motivadas, pode favorecer abordagens pedagógicas capazes de articular forma, sentido e uso, contribuindo para uma reflexão gramatical mais crítica e consistente no ensino do português.

Relacionar os dados analisados aos fundamentos teóricos da GDF possibilitou perceber que a correlação comparativa emerge, assim, como uma estratégia linguística funcionalmente motivada, que articula forma e conteúdo pragmático e semântico com vistas a cumprir funções discursivas de acordo com as necessidades comunicativas do falante. Conclui-se, portanto, que as construções comparativas correlativas, particularmente as não equativas de superioridade, não apenas dispõem de características formais distintas das orações subordinadas, mas também são cognitivamente privilegiadas no português falado, refletindo escolhas linguísticas que buscam, além de comunicar diferenças, estruturá-las de forma socialmente aceitável, discursivamente estratégica e gramaticalmente organizada.

Como citar este artigo?

RIBEIRO, F. C. Construções comparativas no português. *Mosaico*, São José do Rio Preto, v. 24, n. 1, p. 26–50, 2025.

Referências

AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 39. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

CÂMARA, Jr., J. M. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CÂMARA, Jr., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975, p. 242–244.

CÂMARA, Jr., J. M. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARONE, F. de B. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CASTILHO, A. T. de. O português culto falado no Brasil: história do Projeto NURC. *In*: PRETI, D.; URBANO, H. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. TAQ/FAPESP, 1990, p. 141–202.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

HENGEVELD, K. Transparency in Functional Discourse Grammar. *Linguistics in Amsterdam*, 2011, p. 1–21.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*: A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 308–309.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Gramática Discursivo-Funcional. *In*: SOUZA, E. R. *Funcionalismo Linguístico*: novas tendências teóricas. São Paulo: Contexto, 2012, p. 43–86.

KEIZER, E. *A Functional Discourse Grammar for English*. United Kingdom: Oxford University Press, 2015.

KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

LEVELT, W. J. M. *Speaking*: from intention to articulation. The MIT Press, 1989.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 14. ed. São Paulo: Ed. Globo, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: CADES, 1958.

MÓDOLO, M. Correlação: Estruturalismo versus Funcionalismo. *(Pré) publications: forskning og undervisning*. Danmark: Romansk Institut, Aarhus Universitet, 1999.

MÓDOLO, M. As construções correlatas. *In*: NEVES, M. H. M. N. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*: classes de palavras e processos de construção. Campinas/SP: EDUNICAMP, 2008, v. 2, p. 1089–1102.

MÓDOLO, M. Tentativa de fixar uma tipologia sintática para as sentenças correlatas. *Estudos Linguísticos*, v. 40, n. 1, p. 459–469, jan./abr. 2011.

NEVES, M. H. M; DALL'AGLIO-HATTNHER, M. M. Construções comparativas. *In*: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (org.). *Gramática do Português Falado*. Campinas/SP: EDUNICAMP, 2002, v. 8, p. 123–157.

OITICICA, J. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1952.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Curso Médio. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

RODRIGUES, V. V. Em foco a correlação. *Diadorim*, v. 16, p. 122–139, dez. 2014.

ROSÁRIO, I. C. Construções aditivas: uma análise funcional. *In*: *Pesquisa em Linguística Funcional*: convergências e divergências. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2009.

ROSÁRIO, I. C. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ROSÁRIO, I. C. Construções correlatas aditivas são estruturas de coordenação? *In*: CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B; SILVA, J. R. *Variação e mudança em perspectiva construcional*. Natal: EDUFRN, 2018, v. 1, p. 210–250.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *Goldvarb X*: a variable rule application Macintosh and Windows. 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html. Acesso em: 30 maio 2024.